



RESIDENTES - SANTA CRUZ DO SUL

Processo Seletivo Público de Estágio - Edital Nº 01/2022
CIEE/RS - Centro de Integração Empresa - Escola do Rio Grande do Sul
Processo Seletivo Público de Estágio - **06 de novembro de 2022**

Nome:

Curso:

Nº de Inscrição:

Assinatura do Candidato

Informações importantes:

- ✓ Antes de iniciar a prova confira todos os seus dados na Grade de Respostas e assine a mesma;
- ✓ Esta prova contém **40 questões objetivas** e terá duração total de **02 horas**;
- ✓ Para cada questão existe somente uma alternativa correta;
- ✓ Com caneta de tinta azul ou preta, assinale na prova a alternativa que julgar correta e, após, transfira para a "Grade de Respostas";
- ✓ Cuidado no preenchimento da Grade de Respostas, pois não serão substituídas em caso de rasura;
- ✓ Não serão computadas as questões não assinaladas na grade e as questões que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasuras;
- ✓ Os monitores de sala não esclarecerão dúvidas sobre a prova durante a sua realização.

BOA PROVA!



DIREITO CONSTITUCIONAL

01 - Sobre os remédios constitucionais, assinale alternativa INCORRETA.

- a) Mandado de segurança protege direito líquido e certo, não amparado pelo habeas-data
- b) Habeas-corpus protege a liberdade de locomoção quando estiver ameaçada ou restringida
- c) Mandado de injunção protege o exercício dos direitos, liberdades e prerrogativas constitucionais
- d) Habeas-data assegura o conhecimento de informações relativas à pessoa do impetrante
- e) O cidadão é parte legítima à propor ação popular visando anular ato lesivo ao patrimônio público

02 - Segundo a Constituição Federal de 1988, a casa é asilo inviolável do indivíduo, salvo nos casos de:

- a) Flagrante delito
- b) Desastre
- c) Prestar socorro
- d) Determinação judicial, durante o dia
- e) Todas as alternativas anteriores

03 - Lucas, preocupado com a situação política do país, se reúne com seus colegas em locais abertos ao público de sua cidade debatendo ações a para cobrança dos governantes. Com o andar das reuniões e mobilização de um grupo maior, o prefeito municipal notificou a população de que reuniões com o cunho político não poderiam acontecer em locais públicos. Assinale a alternativa correta.

- a) O Prefeito agiu corretamente, pois reuniões de cunho político devem ser feitas em locais privados
- b) O Prefeito agiu corretamente, prezando pela segurança da população, pois as reuniões não eram pacíficas
- c) O Prefeito agiu incorretamente, pois a população pode reunir-se em locais abertos com autorização
- d) O Prefeito agiu incorretamente, pois a população pode reunir-se em locais abertos sem autorização
- e) O Prefeito agiu incorretamente, pois a população pode reunir-se sem autorização ou prévio aviso

04 - Assinale a alternativa INCORRETA acerca da redação do artigo 5º, inciso XLVII, da Constituição Federal de 1988. NÃO haverá penas:

- a) De morte
- b) De caráter perpétuo
- c) De trabalhos forçados
- d) De banimento
- e) Cruéis

05 - Acerca das competências dos Municípios, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Manter programas de educação infantil e de ensino fundamental
- b) Prestar serviços de atendimento à saúde da população
- c) Promover ordenamento territorial de planejamento e controle do uso do solo urbano
- d) Legislar sobre serviço postal
- e) Instituir e arrecadar seus tributos, aplicar suas rendas, prestar contas e publicar balancetes

06 - Assinale a alternativa correta acerca do artigo 29, da Constituição Federal de 1988. O Município reger-se-á por lei orgânica, que será:

- a) Votada em 1 turno, com interstício mínimo de 10 dias e aprovada por 2/3 da Câmara Municipal
- b) Votada em 2 turnos, com o interstício mínimo de 10 dias e aprovada por 2/3 da Câmara Municipal
- c) Votada em 2 turnos, com o interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por 2/3 da Câmara Municipal
- d) Votada em 2 turnos, com o interstício mínimo de 10 dias, e aprovada por 1/3 da Câmara Municipal
- e) Votada em 2 turnos, com o interstício mínimo de 15 dias, e aprovada por 1/3 da Câmara Municipal

07 - São princípios norteadores da administração pública, EXCETO:

- a) Moralidade
- b) Legalidade
- c) Eficiência
- d) Publicidade
- e) Pessoalidade

08 - O servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, investido no mandato de Vereador:

- a) Ficará afastado de seu cargo, emprego ou função
- b) Será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração
- c) Havendo compatibilidade de horários perceberá as vantagens dos dois cargos
- d) Perceberá as vantagens dos dois cargos, independente de compatibilidade de horários
- e) Nenhuma das alternativas anteriores



09 - Acerca dos servidores públicos, podemos afirmar, EXCETO:

- a) O estável poderá perder o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado
- b) São estáveis após dois anos de efetivo exercício
- c) O estável poderá perder o cargo mediante processo administrativo que seja assegurado ampla defesa
- d) Como condição à estabilidade é obrigatória avaliação de desempenho por comissão instituída
- e) O estável poderá perder o cargo mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho

10 - Quais ações dos remédios constitucionais são gratuitas:

- a) Habeas-corpus e mandado de segurança
- b) Habeas-corpus e habeas-data
- c) Habeas-data e mandado de injunção
- d) Habeas-corpus e ação popular
- e) Mandado de segurança e ação popular

DIREITO ADMINISTRATIVO

11 - Acerca da classificação dos poderes administrativos, assinale a alternativa que descreve o poder de polícia:

- a) Administração pública não tem margem de liberdade em seu exercício e deve o agente agir como a lei
- b) Agente público tem certa liberdade no agir, nos limites legais de razoabilidade/proporcionalidade
- c) Prerrogativa da Administração Pública para editar atos e complementar leis, permitindo a aplicação
- d) Ordenação de elementos conforme distribuição de poderes, atingindo quem tem grau de subordinação
- e) O Estado restringe, limita ou condiciona direitos individuais em benefício do interesse público

12 - Quais são as principais características dos atos do poder de polícia?

- a) Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade
- b) Estritamente discricionário e coercitivo
- c) Coercibilidade, hierarquia e vinculação
- d) Disciplina, autoexecutoriedade e regulamentação
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

13 - Acerca da polícia administrativa e judiciária, podemos afirmar:

- a) A administrativa assegura a observância dos limites impostos pelo Estado no exercício de direitos
- b) A polícia administrativa impede/paralisa atividades sociais. A judiciária visa os ilícitos penais
- c) A judiciária auxilia o Poder Judiciário, através do inquérito policial, encaminhando as provas
- d) A polícia administrativa atua somente preventivamente, evitando que danos aconteçam à sociedade
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

14 - Acerca da prescrição para a punição decorrente do poder de polícia,

I - A prescrição ocorre em 5 anos, contados da prática ou, quando cessar a infração permanente/continuada

II - Se o fato constituir crime, o prazo prescricional será o mesmo atribuído pela lei penal

III - Há prescrição no procedimento administrativo paralisado por julgamento/despacho, por mais de 3 anos

Está(ão) corretos(as):

- a) Apenas o item I
- b) Apenas o item II
- c) Apenas os itens I e III
- d) Todos os itens
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

15 - Quais são os elementos ou requisitos de um ato administrativo?

- a) A competência, a forma, o objeto, o motivo e a finalidade
- b) O objeto, a competência, a tipicidade e a finalidade
- c) O motivo, a forma, a imperatividade o objeto, e a finalidade
- d) A competência, a forma, o objeto, o motivo e legalidade
- e) Nenhuma das alternativas anteriores



16 - Acerca da classificação dos poderes administrativos, assinale a alternativa que descreve o poder disciplinar:

- a) Ordenação de elementos conforme distribuição de poderes, atingindo quem é subordinado
- b) Pune as infrações funcionais dos servidores e pessoas sujeitas à disciplina de órgãos públicos
- c) O Estado restringe, limita ou condiciona direitos individuais em benefício do interesse público
- d) O agente público tem certa liberdade no agir, no limite legal de razoabilidade/proporcionalidade
- e) Administração pública não tem margem de liberdade em seu exercício e o agente deve agir como a lei

17 - Acerca dos atributos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Autoexecutoriedade: exige-se o cumprimento de atos administrativos, sem poder utilizar a força
- b) A presunção de legitimidade é absoluta, não sendo admitida prova em contrário
- c) Imperatividade: cria-se, bilateralmente, obrigações e restrições, independente de concordância
- d) Atos editados pela administração pública são legítimos, podendo produzir seus efeitos
- e) Todas as alternativas estão corretas

18 - São requisitos dos atos administrativos:

- a) Competência, finalidade, forma
- b) Forma, competência, motivo e objeto
- c) Objeto, finalidade, competência, forma e motivo
- d) Finalidade, forma e motivo
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

19 - É (são) característica(s) para o requisito competência:

- I - Improrrogabilidade
- II - Imprescritibilidade
- III - Irrenunciabilidade
- IV - Obrigatoriedade

Está(ão) corretos(as):

- a) Apenas os itens I e II
- b) Apenas os itens I e III
- c) Apenas os itens II, III e IV
- d) Apenas os itens I, III e IV
- e) Todos os itens

20 - Acerca dos desfazimentos dos atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) A anulação é o desfazimento do ato administrativo ilegal. O efeito é retroativo e eficácia ex tunc
- b) A revogação é o desfazimento de um ato válido e viciado, devendo ser retirado do universo jurídico
- c) A convalidação é um controle de legalidade, incidindo somente sobre os atos discricionários
- d) Todas as alternativas estão corretas
- e) Nenhuma das alternativas estão corretas

DIREITO CIVIL

21 - Acerca da prescrição e da decadência:

- I - Decadência é a perda do direito material, pelo tempo, eliminando-se o direito de ação e demais pretensões
- II - Prescrição é a perda da ação e da capacidade defensiva, mantendo-se intacto o direito material
- III - O pagamento de dívida prescrita é válido, pois o direito continua existindo, não sendo objeto de restituição

Está(ão) correto(as):

- a) Apenas o item I
- b) Apenas o item II e III
- c) Apenas o item I e II
- d) Apenas o item I e III
- e) Todos os itens

22 - Acerca das causas que interrompem a prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) Entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal
- b) Contra os ausentes do País em serviço público da União, dos Estados ou dos Municípios
- c) Pendendo ação de evicção
- d) Por protesto cambial
- e) Contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, em tempo de guerra

23 - Acerca das causas que impedem ou suspendem a prescrição, assinale a alternativa correta:

- a) Pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário ou em concurso de credores
- b) Entre ascendentes e descendentes, durante o poder familiar
- c) Por ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor
- d) Por ato judicial que constitua em mora o devedor
- e) Nenhuma das alternativas anteriores



24 - Acerca da decadência, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É nula a renúncia à decadência fixada em lei
- b) Deve o juiz, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida por lei
- c) Salvo disposição legal em contrário, se aplicam à decadência as normas que impedem a prescrição
- d) A decadência possui duas espécies: estipulada pelas partes ou decorre de determinação da lei
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

25 - Acerca dos prazos prescricionais, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Em regra, a prescrição ocorre em dez anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor
- b) Prescreve em 2 anos a pretensão para haver prestações alimentares a partir da data que se vencerem
- c) Prescreve em quatro anos a pretensão relativa à tutela, a contar da data da aprovação das contas
- d) Prescreve em três anos a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos
- e) Prescreve em cinco anos a pretensão de reparação civil

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

26 - De acordo com a Lei nº 13.105/2015, em relação a capacidade processual, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Os cônjuges são citados em ação de direito imobiliário salvo regime de separação absoluta de bens
- b) Nas ações possessórias, o cônjuge só é dispensável em ato por ambos praticado ou composto
- c) O juiz nomeará curador especial ao réu preso revel e ao réu revel citado por edital ou hora certa
- d) O incapaz será representado ou assistido por seus pais, por tutor ou por curador, na forma da lei
- e) A falta de consentimento do cônjuge quando necessário e não suprido pelo juiz, invalida o processo

27 - São deveres das partes e procuradores, EXCETO:

- a) Não formular pretensão ou de apresentar defesa quando cientes de que são destituídas de fundamento
- b) Não praticar inovação ilegal no estado de fato de bem ou direito litigioso
- c) Produzir provas e não praticar atos inúteis ou desnecessários à declaração ou à defesa do direito
- d) Cumprir com exatidão as decisões jurisdicionais e não criar embaraços à sua efetivação
- e) Declinar seu endereço, onde receberão intimações, atualizando-o se houver modificação

28 - Acerca da advocacia pública, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) A Advocacia Pública defende e promove os interesses públicos da União, Estados e Distrito Federal
- b) Entes federativos, suas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em triplo
- c) O membro da Advocacia Pública será civil e regressivamente responsável se agir com dolo ou fraude
- d) Não há contagem em dobro quando a lei estabelecer expressamente prazo próprio para o ente público
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

29 - De acordo com a responsabilidade das Partes por Dano Processual, é litigante de má-fé aquele que:

- I - Deduzir pretensão ou defesa contra texto expresso de lei ou fato incontroverso
- II - Opuser resistência injustificada ao andamento do processo
- III - Interpuser recurso com intuito manifestamente protelatório
- IV - Proceder de modo temerário em qualquer incidente ou ato do processo

Está(ão) corretos(as):

- a) Apenas os itens I e II
- b) Apenas os itens I, II e III
- c) Apenas os itens II, III e IV
- d) Apenas os itens I, II e IV
- e) Todos os itens



30 - Acerca dos procuradores, responda: A procuração geral para o foro, outorgada por instrumento público ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, EXCETO:

- I - Receber citação
- II - Renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação
- III - Dar quitação
- IV - Transigir

Está(ão) corretos(as):

- a) Apenas os itens I e II
- b) Apenas os itens I, II e III
- c) Apenas os itens II, III e IV
- d) Apenas os itens I, II e IV
- e) Todos os itens

DIREITO TRIBUTÁRIO

31 - O Termo de Inscrição de Dívida Ativa deverá conter, EXCETO:

- a) A indicação de atualização monetária da dívida, o fundamento legal e o termo inicial para cálculo
- b) O valor originário da dívida, o termo inicial, como calcular os juros de mora e encargos previstos
- c) Número do processo administrativo ou do auto de infração se ali estiver apurado o valor da dívida
- d) Somente o nome do devedor, e, sempre que conhecido, seu domicílio ou residência
- e) A data e o número da inscrição, no registro de dívida ativa

32 - O despacho do Juiz que deferir a inicial importa em ordem para, EXCETO:

- a) Intimação, pelas sucessivas modalidades previstas no artigo 8º
- b) Penhora, se não for paga a dívida ou garantida a execução, por depósito, fiança ou seguro garantia
- c) Arresto, se o executado não tiver domicílio ou dele se ocultar
- d) Avaliação dos bens penhorados ou arrestados
- e) Registro da penhora ou do arresto, independentemente do pagamento de custas ou outras despesas

33 - O executado será citado para pagar a dívida com os juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, ou garantir a execução, no prazo de:

- a) 15 (quinze) dias
- b) 5 (cinco) dias
- c) 10 (dez) dias
- d) 20 (vinte) dias
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

34 - Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão de Dívida Ativa, o executado poderá:

- a) Efetuar depósito em dinheiro, à ordem do Juízo, em estabelecimento oficial de crédito
- b) Oferecer fiança bancária ou seguro garantia
- c) Nomear bens à penhora
- d) Indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública
- e) Todas as alternativas estão corretas

35 - O executado oferecerá embargos, no prazo de quantos dias, contados do depósito, da juntada da prova da fiança bancária ou do seguro garantia e da intimação da penhora?

- a) 15 (quinze) dias
- b) 5 (cinco) dias
- c) 10 (dez) dias
- d) 30 (trinta) dias
- e) Nenhuma das alternativas anteriores

DIREITO DO TRABALHO

36 - Em relação ao princípio da proteção, assinale a alternativa INCORRETA em relação às suas espécies:

I - In dubio pro operário: regra com diversas interpretações, adota-se a mais vantajosa ao trabalhador

II - Norma mais favorável: havendo diversas normas de um tema, aplica-se a mais favorável ao trabalhador

III - Inalterabilidade contratual: tendo vantagem ao trabalhador no contrato, alterações só mais benéficas

Está(ão) corretos(as):

- a) Apenas o item I
- b) Apenas o item III
- c) Apenas os itens I e II
- d) Apenas os itens II e III
- e) Todos os itens



37 - À luz dos princípios que norteiam o direito do trabalho, assinale o que determina que: As normas trabalhistas, em virtude da proteção ao hipossuficiente, são inafastáveis. O afastamento das normas pelas partes gera nulidade do ato.

- a) Imperatividade das normas trabalhistas.
- b) Indisponibilidade dos Direitos Trabalhistas.
- c) Integridade ou intangibilidade salarial.
- d) Continuidade da relação de emprego.
- e) Estabilidade financeira.

38 - Acerca das fontes do Direito do Trabalho, assinale a opção que NÃO É uma categoria das fontes formais:

- a) Fontes normativas estatais.
- b) Normas coletivas.
- c) Cláusulas contratuais.
- d) Costume.
- e) Fatos econômicos.

39 - São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, EXCETO:

- a) Fundo de garantia do tempo de serviço.
- b) Piso salarial proporcional à extensão e à complexidade do trabalho.
- c) Seguro-desemprego, em caso de desemprego voluntário.
- d) 13º salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- e) Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno.

40 - Na ADI nº 3395, o STF assentou o entendimento de que NÃO compete dirimir conflitos da relação jurídico-administrativa entre o Poder Público e seus servidores à:

- a) Justiça Trabalhista, e sim à Justiça federal.
- b) Justiça Trabalhista, e sim à Justiça comum ou estadual.
- c) Justiça Trabalhista, e sim à Justiça estadual ou federal.
- d) Justiça Trabalhista, e sim à Justiça comum, estadual ou federal.
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.